

# DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA EFETUAR A REQUISIÇÃO DE CARTÕES DE ASSINATURA

## Requisição de cartão de assinatura Normal

Os cartões referidos no ponto anterior devem ser requisitados nas bilheteiras através do preenchimento do novo modelo 21-500 (Anexo I), acompanhado dos seguintes documentos:

- fotocópia do documento de identificação (BI, CC, passaporte,...);
- fotografia atual a cores tipo passe, respeitando as normas exigidas para os documentos de identificação;
- fotocópia do cartão CP, para os beneficiários das concessões;
- documento comprovativo da situação no ativo se agente da PSP/GNR (declaração emitida pela PSP/GNR dirigida à CP).

## Requisição de cartão de assinatura Estudante

Os estudantes com **menos de 25 anos** e que frequentem o ensino oficial obrigatório (básico e secundário) ou cursos técnico-profissionais equivalentes ao ensino oficial ou cursos que habilitem aos graus de licenciatura ou mestrado, podem adquirir assinaturas, para percursos entre a residência e o estabelecimento de ensino.

Além dos documentos referidos no ponto anterior, devem ser ainda entregues:

- Declaração/certificado emitidos pelo estabelecimento de ensino, comprovativo da qualidade de estudante, ano letivo e grau de ensino ou, em sua substituição \*\*:

- Fotocópia do cartão de estudante, desde que nele conste o nome completo do aluno, o grau de ensino, o ano letivo da matrícula e a localização do estabelecimento;
- Fotocópia de documento utilizado pelo estabelecimento de ensino comprovativo dessa situação, onde conste ano letivo e grau de ensino;
- Para os estudantes que frequentem cursos técnico profissionais ou estágios fora do estabelecimento de ensino, o documento deve referir também as datas de início e fim do curso, a equivalência do mesmo relativamente ao ensino oficial e o local do estágio.

- Documento comprovativo da residência - declaração/atestado emitido pela junta de freguesia, se diferente da morada constante do BI, ou quando omissa no documento de identificação.

\*\* O mesmo certificado é também exigível no início do ano letivo e sempre que haja interrupção de dois meses na compra do título. Ex: se o Cliente pretender adquirir a Assinatura para o mês de abril, e apresentar o título de janeiro, é necessário novo certificado escolar.

## **Requisição de cartão de assinatura 4\_18**

1. A requisição dos cartões para estes passes é efectuada em modelo ([21-508](#) + [destacável](#)) disponível em armazém e na Intranet e deve obedecer às regras de preenchimento referidas na IC. A taxa de requisição, no valor de 50% da taxa relativa às assinaturas, é cobrada através do talão emitido pelo PVA. Caso não seja considerada a emissão do cartão por falta de enquadramento, a taxa de requisição não é reembolsável.
2. O cartão é válido por períodos de 4 anos ou até ao final do mês em que o estudante complete 19 anos.
3. No ato da requisição, a prova de estudante **4\_18** será feita mediante apresentação de Declaração de matrícula emitida pelo estabelecimento de ensino, cujo modelo foi definido legalmente (ver Anexo I) e ainda fotocópia de documento de identificação, Cédula Pessoal (até aos 6 anos), Bilhete de Identidade, Cartão de Cidadão, Passaporte ou Autorização de Residência. A Declaração a apresentar deverá ser original, devidamente autenticada com o selo branco ou com o carimbo do estabelecimento de ensino.
4. Como prova de estudante para os perfis **4\_18A**, **4\_18B** deverá ser apresentada:
  - Declaração, conforme Anexo I, emitida pelo estabelecimento de ensino, que ateste claramente que o aluno está abrangido pelo respetivo escalão, no âmbito do regime de Apoio Social Escolar.
5. Para o perfil **4\_18S** os alunos devem apresentar:
  - Declaração, conforme Anexo I, emitida pelo estabelecimento de ensino;
  - Requerimento de acesso ao escalão social + (ver Anexo II) acompanhado de:
    - Cópia da última declaração de IRS;
    - Cópia da Nota de Liquidação de IRS e apresentação do original;
    - Cópias do Documento de Identificação e Cartão de Contribuinte, com apresentação dos originais;
  - Declaração das entidades competentes do Ministério das Finanças que ateste a dispensa de apresentação de rendimentos dos sujeitos passivos do agregado familiar, quando aplicável.
  - Quando aplicável, declaração emitida pelos Centros Distritais do Instituto da Segurança Social,



## **Requisição de cartão de assinatura SUB23**

1. A requisição dos cartões para estes passes é efectuada em modelo (21-508) disponível em armazém e na Intranet. A taxa de requisição, no valor de 50% das assinaturas normais, será cobrada por modelo 21-514, também disponível em armazém. Caso não seja considerada a emissão do cartão por falta de enquadramento, a taxa de requisição não é reembolsável.

2. O cartão é válido por períodos de 4 anos ou até ao final do mês em que o estudante complete 24 anos.

3. No ato da requisição, a prova de estudante **SUB23** será feita mediante apresentação de Declaração de matrícula emitida pelo estabelecimento de ensino, cujo modelo foi definido legalmente (ver Anexo I) e ainda fotocópia de documento de identificação, Bilhete de Identidade, Cartão de Cidadão, Passaporte ou Autorização de Residência. A Declaração a apresentar deverá ser original, devidamente autenticada com o selo branco ou com o carimbo do estabelecimento de ensino.

4. Como prova de estudante para o perfil **SUB23A** deverá ser apresentada:

- Declaração, conforme Anexo I, emitida pelo estabelecimento de ensino, que ateste claramente que o aluno está abrangido pelo respetivo escalão, no âmbito do regime de Apoio Social Escolar.

5. Para o perfil **SUB23S** os alunos devem apresentar:

- Declaração, conforme Anexo I, emitida pelo estabelecimento de ensino;
- Requerimento de acesso ao escalão social + (Anexo II) acompanhado de:
  - Cópia da última declaração de IRS;
  - Cópia da Nota de Liquidação de IRS e apresentação do original;
  - Cópias do Documento de Identificação e Cartão de Contribuinte, com apresentação

dos originais;

- Declaração de rendimentos e respetiva nota de liquidação, se aplicável, do ano em relação ao qual decorreu menos tempo o termo do respetivo prazo de entrega, previsto no artº 60 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

- Declaração das entidades competentes do Ministério das Finanças que ateste a dispensa de apresentação de rendimentos dos sujeitos passivos do agregado familiar, quando aplicável.

Esta última declaração apenas é exigível caso os rendimentos não possam ser comprovados pela restante documentação atrás referida.

- Quando aplicável, declaração emitida pelos Centros Distritais do Instituto da Segurança Social, da área da residência do requerente.